

## QUESTÕES PARA A PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA GERAL

### 1. É permitido ao contador no exercício da auditoria independente:

- a) Baseado no seu trabalho e julgamento, emitir Parecer de Auditoria sem ressalva, mesmo sendo sabedor da existência de outro Parecer de Auditoria com Ressalva.
- b) Defender os interesses do cliente, deixando de divulgar, no Parecer de Auditoria, o fato de a empresa apresentar situação financeira de risco.
- c) Utilizar os papéis de trabalho elaborados por outros auditores, mesmo sem autorização destes, para respaldar o seu parecer.
- d) Emitir o Parecer de Auditoria antes de realizar os exames e, em seguida, elaborar os papéis de trabalho para respaldar o Parecer.

### 2. Os líderes de equipe de Auditores Independentes, de conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, devem ser submetidos a rodízio a cada:

- a) Dois anos.
- b) Três anos.
- c) Quatro anos.
- d) Cinco anos.

### 3. O Auditor Independente deve estabelecer e documentar seus honorários mediante avaliação dos serviços. Vários fatores devem ser considerados, exceto:

- a) Número de horas estimadas para a execução dos trabalhos.
- b) Qualificação técnica dos profissionais designados.
- c) Complexidade dos trabalhos a serem executados.
- d) Possibilidade de prestação de serviços de consultoria.

### 4. Constitui infringência ao Código de Ética Profissional do Contabilista, sendo vedado ao contador, na função de Auditor Independente:

- a) Indicar títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e relação de clientes.
- b) Transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro contador, com a anuência do cliente, por escrito.
- c) Valer-se de agenciador de serviços, mediante participação deste no montante de honorários profissionais estabelecidos para a contratação.
- d) Transferir, parcialmente, a execução dos serviços a seu encargo a outro contador, mantendo, porém, sua responsabilidade técnica.

### 5. A consolidação de Demonstrações Contábeis de entidades requer a adoção de diversos procedimentos. Nos itens abaixo, qual alternativa não representa um procedimento de consolidação?

- a) Eliminação de lucros não-realizados entre controladora e controlada.
- b) Amortização de ágio ou deságio em controladas.
- c) Exclusão dos saldos de quaisquer contas ativas e passivas entre as entidades.

d) Eliminação de receitas e despesas provenientes de transações entre controladora e controlada.

**6. As Demonstrações Contábeis das empresas controladas por companhia de capital aberto, para fins de consolidação, devem ser levantadas:**

- a) Em até 60 dias antes da data das Demonstrações Contábeis da controladora.
- b) Em até 30 dias antes da data das Demonstrações Contábeis da controladora.
- c) Em até 90 dias antes da data das Demonstrações Contábeis da controladora.
- d) Não é admitida defasagem entre as datas das Demonstrações Contábeis da controlada e da controladora.

**7. A entidade XVZ, Companhia Aberta, adquire em fevereiro/2004 uma participação minoritária de 35% do capital social votante da entidade ABC. Em agosto/2004, por força de acordo de acionistas, passa a exercer também o controle sobre a administração dessa entidade. Em dezembro/2004, elabora demonstrações financeiras consolidadas.**

**A entidade XVZ deve incluir a demonstração do resultado da entidade ABC nas demonstrações consolidadas do período:**

- a) De janeiro a dezembro/2004.
- b) De fevereiro a dezembro/2004.
- c) De agosto a dezembro/2004.
- d) Somente a partir de 2005.

**8. Segundo a NBC T 7, a variação cambial apurada entre a data do registro inicial e a data do encerramento do exercício do social deve ser:**

- a) Apropriada ao resultado, independentemente se receita ou despesa.
- b) Diferida até a data da liquidação da transação.
- c) Apropriada ao resultado de exercícios futuros, se receita.
- d) Apropriada em despesas antecipadas, se despesa.

**9. A finalidade principal do estudo e da avaliação do sistema contábil e de controles internos de uma entidade é:**

- a) Determinar a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria.
- b) Proporcionar conhecimentos básicos sobre a empresa e a sua organização.
- c) Verificar se os sistemas funcionam conforme previamente determinado.
- d) Elaborar relatório sobre recomendações para aprimoramento dos sistemas contábil e de controles internos da entidade.

**10. Os procedimentos de auditoria independente incluídos em um programa de trabalho são planejados para:**

- a) Desenvolver um plano estratégico da empresa.
- b) Avaliar a estrutura de controles internos.
- c) Obter evidência suficiente de auditoria.
- d) Proteger o auditor em caso de litígio legal.

**11. Ao detectar fraquezas substanciais nos sistemas de controle interno, o Auditor Independente deve:**

- a) Aumentar os testes de observância.
- b) Diminuir os testes substantivos.
- c) Aumentar o nível planejado de testes substantivos.
- d) Alterar o escopo/amplitude de sua auditoria.

**12. No planejamento de auditoria, o Auditor Independente pode utilizar-se da técnica de determinação das unidades a serem auditadas para obtenção de evidência de auditoria. Esta técnica denomina-se:**

- a) Avaliação de controles internos.
- b) Rotação de ênfase.
- c) Revisão analítica.
- d) Avaliação de risco.

**13. A técnica de amostragem a ser utilizada quando uma determinada conta contábil apresenta grandes valores diversificados e pequenos valores com pouca variabilidade é:**

- a) Amostragem por conglomerado.
- b) Amostragem aleatória.
- c) Amostragem por estratificação.
- d) Amostragem por julgamento.

**14. A republicação das Demonstrações Contábeis não será necessária, conforme a NBC-T-6 – Da Divulgação das Demonstrações Contábeis, quando:**

- a) Forem elaboradas em desacordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.
- b) Forem elaboradas apenas com infringência de normas de organismos reguladores.
- c) Não forem divulgadas informações relevantes para o correto entendimento das Demonstrações Contábeis.
- d) A assembléia de sócios/acionistas alterar a destinação de resultado proposto pela administração da entidade.

**15. Ao constituir uma provisão para contingências, os administradores da companhia, baseados na opinião de seus consultores jurídicos, estarão observando o princípio da:**

- a) Competência.
- b) Prudência.
- c) Entidade.
- d) Continuidade.

**16. Considerando as informações abaixo, determine o resultado da equivalência patrimonial da controladora, em 31 de dezembro de 2004, neste investimento:**

<b>Patrimônio Líquido Final da controlada</b>	<b>R\$ 1.000,00</b>
<b>Percentual de participação</b>	<b>50 %</b>
<b>Lucro Líquido do exercício da controlada</b>	<b>R\$ 200,00</b>

**Dividendos propostos pela controlada**

**R\$ 50,00**

**Incentivo fiscal de custeio registrado pela controlada no exercício**

**R\$ 20,00**

- a) R\$ 110,00.
- b) R\$ 100,00.
- c) R\$ 90,00.
- d) R\$ 135,00.

**17. Não será considerado no planejamento de um trabalho de auditoria independente:**

- a) Os riscos de auditoria.
- b) O uso dos trabalhos de outros Auditores Independentes.
- c) A avaliação dos controles internos e dos sistemas contábeis.
- d) O conhecimento detalhado das práticas contábeis e a uniformidade em relação ao exercício anterior.

**18. Qual das afirmações está incorreta?**

- a) Quando ocorrer uma incerteza em relação a fato relevante, cujo desfecho poderá afetar, significativamente, a posição patrimonial e financeira da entidade, o Auditor Independente deverá destacar este fato em seu Parecer de Auditoria.
- b) Mesmo que o nível dos controles internos para Contas a Pagar seja adequado, de forma a minimizar o risco de ocorrência de erros ou diferenças significativas nas Demonstrações Contábeis, a circularização dos fornecedores é requerida.
- c) Os procedimentos para a revisão das Informações Trimestrais não incluem: circularização dos fornecedores, teste de comprovação de amostra das transações realizadas no trimestre e contagem física de estoques.
- d) O Auditor Independente juntamente com o administrador da companhia são responsáveis pela prevenção de fraudes ou erros.

**19. O Parecer de Auditoria Independente classifica-se, segundo a natureza da opinião que contém, em:**

- a) Parecer sem ressalva, parecer com ressalva, parecer limitado e parecer parcial.
- b) Parecer sem ressalva, parecer com ênfase, parecer limitado e parecer adverso.
- c) Parecer sem ressalva, parecer com ressalva, parecer adverso e parecer com abstenção de opinião.
- d) Parecer com ênfase, parecer sem ressalva, parecer parcial e parecer com ressalva.

**20. Assinale a alternativa incorreta. Os papéis de trabalho do Auditor Independente destinam-se a:**

- a) Possibilitar à administração da entidade um melhor conhecimento dos procedimentos e dos controles da entidade.
- b) Comprovar a aplicação dos procedimentos de auditoria.
- c) Facilitar a revisão do trabalho de auditoria.
- d) Registrar as evidências do trabalho executado, para fundamentar a emissão do parecer do Auditor Independente.

**21. De conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, o Auditor Independente, para fins de fiscalização do exercício profissional, deve manter a guarda de seus papéis de trabalho por:**

- a) Trinta anos.
- b) Dez anos.
- c) Cinco anos.
- d) Período variável, de acordo com o Código Civil.

**22. Considere a resposta correta:**

- a) O ato intencional de omissão ou manipulação de transações e/ou Demonstrações Contábeis denomina-se erro.
- b) Ao detectar um erro ou fraude durante o trabalho de auditoria, o Auditor Independente deve comunicar, imediatamente, o fato ao Ministério Público.
- c) A responsabilidade primária na prevenção e na identificação de erros na elaboração das Demonstrações Contábeis é do Auditor Independente.
- d) Ao planejar a Auditoria, o Auditor Independente deve indagar da administração da entidade a ser auditada sobre a existência de fraude e/ou erro de conhecimento da administração.

**23. O Auditor Independente deve, com relação à supervisão e ao controle de qualidade do seu trabalho:**

- a) Avaliar o ambiente de controle da entidade.
- b) Obter evidências suficientes de que os saldos de abertura do exercício não contenham representações errôneas ou inconsistentes.
- c) Avaliar o cumprimento do planejamento e do programa de trabalho.
- d) Avaliar o risco de controle.

**24. O Auditor Independente ao emitir seu Parecer de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas, quando o exame das Demonstrações Contábeis das controladas foi conduzido por outros Auditores Independentes, deve:**

- a) Abster-se de expressar opinião sobre os valores consolidados, auditados por outros Auditores Independentes.
- b) Destacar o fato em seu parecer, indicando os valores relativos às controladas, expressando sua opinião sobre as Demonstrações Contábeis como um todo, baseando-se, exclusivamente, nos pareceres dos outros Auditores Independentes.
- c) Incluir uma limitação de procedimentos no seu Parecer de Auditoria.
- d) Não fazer qualquer referência ao fato.

**25. Um dos objetivos do Auditor Independente, ao solicitar a Carta de Responsabilidade da Administração, é delimitar a sua responsabilidade e a da Administração. A não-emissão por parte da Administração requer do Auditor Independente a emissão de um parecer:**

- a) Sem ressalva.
- b) Com ressalva.
- c) Adverso.
- d) Com abstenção de opinião.

**26. No processo de acompanhamento do inventário físico de estoques de matéria-prima, o Auditor Independente constatou a existência de quantidades relevantes de itens que não constavam dos registros físico-financeiros e contábeis. Neste caso, o Auditor Independente detectou:**

- a) Ativos fictícios.
- b) Ativos ocultos.
- c) Ativos ocultos e passivos fictícios.
- d) Ativos fictícios e passivos ocultos.

**27. De acordo com a Resolução CFC N° 964/03, o objetivo da revisão externa de qualidade pelos pares é a:**

- a) Revisão interna das práticas de auditoria por sócios de outros escritórios da mesma empresa de auditoria.
- b) Avaliação dos procedimentos adotados pelos auditores, visando assegurar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos.
- c) Constatação da adequação dos relatórios emitidos em decorrência dos trabalhos realizados.
- d) Avaliação das práticas e das estimativas contábeis adotadas pelos auditores que suportaram a emissão do parecer.

**28. Assinale a circunstância que requer modificação relevante no Relatório de Revisão Especial das Informações Trimestrais (ITR) emitido pelo Auditor Independente.**

- a) Falta de aplicação de testes de comprovação de transações.
- b) Falta de observação de contagens físicas de estoques.
- c) Não-obtenção de respostas de circularizações de clientes.
- d) Omissão de fatos relevantes nas Notas Explicativas.

**29. Assinale a opção que contenha demonstrativos divulgados pelas companhias abertas no Brasil e que devem ser, obrigatoriamente, objeto de opinião de Auditores Independentes, de acordo com a legislação societária.**

- a) Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Fluxo de Caixa.
- b) Balanço Patrimonial, Balanço Social e Demonstração de Resultado do Exercício.
- c) Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (das Mutações do Patrimônio Líquido), Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.
- d) Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Fluxo de Caixa.

**30. De conformidade com a Resolução CFC nº 1.004/04, valor de mercado é:**

- a) O valor que a entidade despenderia para repor o ativo, considerando-se uma negociação normal entre partes independentes, sem favorecimentos, e isentas de outros interesses. Esse valor deve considerar o preço à vista de reposição do ativo, contemplando as condições de uso em que o bem se encontra.
- b) O valor de entrada mais encargos que a empresa despenderia no mercado para repor o ativo.
- c) O montante pelo qual um bem está registrado na Contabilidade e refletido no Balanço Patrimonial Líquido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

- d) O montante que a empresa espera recuperar pelo uso futuro de um ativo nas suas operações, incluindo seu valor residual na baixa.

**31. Considerando as disposições da Deliberação CVM nº 193/96 (contabilização de juros e demais encargos financeiros decorrentes do financiamento de ativos em construção ou produção), os juros incorridos, relativamente, a financiamentos obtidos de terceiros, não podem ser ativados se relacionados a:**

- a) Unidade fabril em construção.
- b) Desenvolvimento e instalação de nova linha de produção.
- c) Produção da indústria naval (longo prazo).
- d) Unidade fabril em operação.

**32. Considerando as disposições da Deliberação CVM nº 371/00 (contabilização de benefícios a empregados), identifique a alternativa correta:**

- a) Benefícios a empregados são todas as formas de remuneração proporcionadas por uma entidade a seus colaboradores ou a seus dependentes em troca dos serviços prestados.
- b) Esta deliberação trata também da contabilização de benefícios em ações ou outros instrumentos financeiros equivalentes recebidos por empregados de uma entidade.
- c) Planos de contribuição definida são benefícios de pós-emprego em que, normalmente, a patrocinadora assume os passivos atuariais.
- d) Planos de benefício definido são benefícios de pós-emprego em que, normalmente, a patrocinadora não assume os passivos atuariais.

**33. Considerando as disposições da Instrução CVM nº 247, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Considera-se coligada a sociedade quando uma participa com 10% ou mais do capital social da outra, sem controlá-la.
- b) Um exemplo de evidência de influência na administração da coligada é o poder de eleger ou destituir um ou mais de seus administradores.
- c) Considera-se relevante o investimento em coligada quando representa 10% ou mais do patrimônio líquido da investidora.
- d) O valor contábil do investimento em coligada e controlada abrange o custo de aquisição, ajustado pelo resultado da equivalência patrimonial e eventual ágio não-amortizado, deduzido do deságio não-amortizado e da provisão para perdas, se aplicável.

**34. O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com o objetivo de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa. Das afirmativas abaixo, indicar a alternativa incorreta:**

- a) Os objetivos dos controles internos são, entre outros, assegurar que as várias fases do processo decisório, o fluxo de informações e a implementação das decisões se revistam da necessária confiabilidade.
- b) A Auditoria Interna tem autoridade total para exigir que sejam adotadas as melhorias recomendadas nos controles internos.
- c) O processo de avaliação do controle interno consta, basicamente, de três etapas: levantamento geral do sistema, sua avaliação e testes.

- d) Os controles internos dividem-se em: controles contábeis, administrativos e operacionais.

**35. Quanto aos sistemas de controles internos instituídos em uma entidade, indique a alternativa correta:**

- a) A adequada segregação de funções é elemento fundamental de um sistema de controle interno.
- b) Um bom sistema de controles internos elimina a possibilidade de erros e fraudes.
- c) As entidades de pequeno porte não dependem de sistemas de controle interno.
- d) Um bom sistema de controle interno deve ser fundamentado na confiança em pessoas-chave da entidade.

**36. Entre os procedimentos de auditoria, estão a inspeção e a observação de estoques. Procedimentos desta natureza são aplicados:**

- a) Somente quando dos testes substantivos.
- b) Somente quando dos testes de observância.
- c) Durante a revisão analítica.
- d) Quando dos testes substantivos e de observância.

**37. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a companhia pode distribuir dividendos intermediários por conta de resultados apurados no exercício, desde que, necessariamente:**

- a) Levante balanço semestral e tal distribuição seja deliberada pelos órgãos de administração, independente de previsão estatutária.
- b) Exista saldo de lucros acumulados ou resultado positivo no exercício em andamento, independente de autorização estatutária.
- c) Haja autorização estatutária e os dividendos pagos em cada semestre do exercício não excedam o total das reservas de capital.
- d) Apure lucro e publique o balanço intermediário.

**38. Assinale a alternativa correta, de acordo com o que dispõe a Lei das Sociedades por Ações:**

- a) Os direitos de qualquer natureza, não-classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa devem ser classificados no ativo diferido.
- b) As doações e as subvenções para investimentos devem ser contabilizadas no patrimônio líquido como reserva de capital.
- c) As doações e as subvenções para investimentos devem ser apropriadas ao resultado do exercício.
- d) As ações em tesouraria devem ser classificadas nas Demonstrações Contábeis como conta redutora do Ativo Permanente - Investimentos.

**39. Uma companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2004, um lucro líquido do exercício de R\$ 10.000,00. O estatuto da companhia determina o pagamento de um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. Um acionista minoritário protocolou na companhia pedido à Diretoria para pagar neste exercício um dividendo de 50%, tendo em vista que o lucro do exercício excedeu às expectativas.**

**Pede-se para apontar o valor do dividendo proposto pela administração em 31 de dezembro de 2004:**

- a) R\$ 5.000,00.
- b) R\$ 4.750,00.
- c) R\$ 2.500,00.
- d) R\$ 2.375,00.

**40. De acordo com a Legislação Societária (Lei nº 6.404/76), a \_\_\_\_\_ que tiver mais de 30% do valor do seu patrimônio líquido, representado por investimentos em sociedades controladas, deverá elaborar e divulgar, juntamente com suas demonstrações contábeis, demonstrações consolidadas. Qual alternativa abaixo preenche corretamente o espaço?**

- a) Sociedade por ações.
- b) Companhia aberta.
- c) Sociedade por ações ou companhia aberta.
- d) Sociedade por ações de capital fechado.

#### **QUESTÕES DISSERTATIVAS**

- 1) Comente sobre a finalidade e os principais tópicos que devem constar da Carta de Responsabilidade da Administração.**
- 2) Comente sobre a utilização compartilhada de trabalhos de especialistas em exames de auditoria independente, enfocando, entre outros aspectos, a limitação de responsabilidade.**
- 3) O Auditor Independente foi contratado após o encerramento do exercício social de 2004 e, portanto, não foi possível o acompanhamento do inventário físico dos estoques nem a aplicação de procedimentos alternativos que permitissem satisfazer-se quanto à existência física dos mesmos, sendo estes relevantes no conjunto das Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis do exercício anterior foram auditadas por outros Auditores Independentes que emitiram parecer sem ressalvas. Redija o parecer em decorrência da situação apresentada.**
- 4) Comente sobre situações que comprometem a independência do Auditor Independente em relação aos seus clientes de auditoria.**